

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil



**Perfil, evolução e perspectivas
do ensino e da pesquisa em
Arquivologia no Brasil**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

Salvador
EDUFBA
2015

2015, autores.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Revisão
Vera Maria Nazareth Andrade Chaoui

Normalização
Sandra Batista / Maria Raquel Gomes Fernandes

Sistema de Bibliotecas – UFBA

P434 Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil / Maria Teresa Navarro de Britto Matos... [et al.]. (Org.); prefácio de Heloisa Liberalli Bellotto – Salvador : EDUFBA, 2015.
575 p. : il.

Textos apresentados na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no campus Ondina na Universidade Federal da Bahia, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

ISBN 978-85-232-1417-3

1. Arquivologia – Estudo e ensino – Brasil. 2. Arquivologia – Currículos – Avaliação. 3. Arquivos – Tecnologia - Tratamento. I. Matos, Maria Teresa Navarro de Britto. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). III. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). IV. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). V. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. VI. Título.

CDD – 020
CDU –025.171

Editora filiada a



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

9 Prefácio

Heloísa Liberalli Bellotto

11 Apresentação

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá

Aurora Leonor Freixo

Parte 1 – Ensino em Arquivologia

17 Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación

Maria Manuela Moro Cabero

41 Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Carlos Alberto Araújo

61 Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras

Flávia Helena Oliveira

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

75 Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil

Welder Antônio Silva

Cíntia Chagas Arreguy

Leandro Negreiros

97 A revisão curricular na Arquivologia da UFSM como resultado da avaliação do ensino

Fernanda Kieling Pedrazzi

Rafael Chaves Ferreira

Sonia Elisabete Constante

113 A competência informacional e o desempenho acadêmico de estudantes de Arquivologia

Ivone Guerreiro Di Chiara

Linete Bartalo

Miguel Luiz Contani

- 133 **Blogs em Arquivologia: ferramentas de ensino-aprendizagem ou componentes do ato pedagógico?**
André Porto Ancona Lopez
Rodrigo Fortes Ávila
- 151 **O perfil dos arquivistas egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): percurso metodológico da pesquisa**
Solange Machado de Souza
- 167 **O cenário da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
José Maria Jardim
- 185 **A pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
Solange Machado de Souza
- 207 **Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal**
Djalma Mandu de Brito

Parte 2 – Comunicação científica e Arquivologia

- 227 **A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento**
Sandra Lúcia Rebel Gomes
- 245 **A Reparq e a proposta de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas**
Cyntia Roncaglio
- 259 **O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia**
Leandro Coelho de Aguiar
Renata Regina Gouvêa Barbalho
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Parte 3 – Arquivos, Arquivologia e Administração Pública

- 279 **Desafios e perspectivas de implementação da lei de acesso à informação no âmbito da Administração Pública Federal**
Paola Rodrigues Bittencourt
- 299 **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**
Ana Celeste Indolfo

- 317 Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**
Brenda Couto de Brito Rocco
- 335 O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado**
Cristiane Basques
Georgete Medleg Rodrigues
- 349 O lugar do arquivo: um levantamento na legislação de Minas Gerais, 1994-2011**
Renato Pinto Venâncio
- 365 Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro**
Anna Carla Almeida Mariz
Thiago de Oliveira Vieira

Parte 4 – Arquivos e Tecnologias

- 387 A aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-AToM**
Daniel Flores
Débora Flores
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues
- 403 Acesso e preservação do patrimônio arquivístico documental: um repositório digital para o Diário de Classe**
Sérgio Renato Lampert
Daniel Flores
- 423 Metadados para preservação e segurança do Diário de Classe eletrônico da UFSM**
Débora Flores
Dulce Elaine Saul da Luz
Raul Ceretta Nunes
- 441 O banco de dados sob um olhar arquivístico através da Ciência da informação – comunicação, informação e conhecimento**
Gilberto Fladimar Rodrigues Viana
Telma Campanha de Carvalho Madio
- 457 A web 2.0 e as instituições arquivísticas nacionais de países de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Parte 5 – Organização e Tratamento de Acervos

- 479 Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas**
Márcia Cristina Duarte Trancos
Maria Celina Soares de Mello e Silva
- 495 Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima**
Camila Poerschke Rodrigues
Daniel Flores
Sérgio Renato Lampert
- 513 Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**
Bruno Ferreira Leite
João Marcus Assis
- 525 Uma relação distante: análise sobre a utilização de métodos bibliométricos / quantitativos pela Arquivologia**
Roberto Lopes dos Santos Júnior
- 541 Os arquivos da Biblioteca Nacional: contribuições para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma rede de informações científicas**
Carlos Henrique Juvêncio
Georgete Medleg Rodrigues
- 555 A noção de ramificação dos documentos arquivísticos: o exemplo dos fundos relacionados à Guerrilha do Araguaia**
Shirley Carvalhêdo
- 573 Recomendações e moções**

Prefácio

A demonstração da consolidação de uma área do conhecimento que se pretende conjunção de saber e de profissão, carreando em seu entorno todos os elementos vitais à sua existência e desenvolvimento, dá-se quando essa área é capaz de demonstrar que está habilitada a ter e a manter uma identidade própria, que a torne inconfundível e única.

A Arquivologia no Brasil, como área de saber universitário e de profissão inequívoca, ao aproximar-se de seu cinquentenário de existência como tal, parece ter finalmente chegado a essa consolidação. No decorrer desse tempo tem-se assistido paulatinamente ao desenvolvimento e enraizamento de uma “ciência” que vai produzindo seus frutos como área do saber e como profissão. Pesquisas em andamento, resultados de pesquisas aplicadas a arquivos, aperfeiçoamento metodológico e prático, formação consistente de novos profissionais, educação contínua para os já experientes na área – esse é o panorama atual, não obstante o difícil momento pelo qual passa o país.

Participei desta III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) na qualidade de ministrante de *workshop* sobre o preparo didático dos professores de Arquivologia, o que me proporcionou a possibilidade de assistir à maioria das sessões e pude acompanhar a pertinência e a acuidade dos trabalhos apresentados. A soma das informações ali divulgadas e discutidas apresenta um rico panorama para melhor compreender-se esse momento do panorama arquivístico no Brasil. A publicação dos trabalhos ali apresentados é um precioso presente que a Editora da Universidade Federal da Bahia, com o apoio financeiro da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, ora nos proporciona.

Esta coletânea, na verdade, representa um quadro que demonstra o amadurecimento a que chegaram os cursos universitários da área: o entrosamento entre professores, mestrandos e doutorandos na apresentação de suas pesquisas, reflexões e perplexidades. São desafios a enfrentar, com ênfase, como seria de se esperar, nos novos paradigmas para o ensino e a pes-

quisa; na discussão da formação no que concerne às necessidades curriculares em um mundo tão cambiante como o presente; na produção, acesso, uso e guarda dos documentos digitais.

De um lado, nas organizações, o momento é de mudanças reclamadas pela tecnologia, pela competitividade e pelos ambientes no mercado global, tudo isso a exigir profundas mudanças nos sistemas de informação, nos quais se inserem os arquivos; de outro lado, os governos em escala mundial, vêem-se diante das transformações nos sistemas burocráticos e diante da necessidade gritante de transparência administrativa demarcada pela força da cidadania. Tudo isso exigindo mais e mais a modernização e atualização dos sistemas arquivísticos. Exigindo, portanto, inovações, e essas, só serão eficazes se baseadas em pesquisas e estudos que as construam e desenvolvam, resultando em projetos concretos. Assim, cresce a demanda por professores capazes de formar profissionais habilitados para tanto. E o panorama apresentado por esta III Reparq demonstra que estamos no caminho certo.

Os trabalhos ora reunidos nessa coletânea vem justamente contribuir para satisfazer essa demanda de novos paradigmas teóricos e metodológicos que respondam à aquela desafiadora demanda. O conteúdo desses trabalhos pode trazer respostas aos desafios profissionais que diariamente recebem os arquivistas – e cada vez mais.

Em boa hora o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia propõe-se a publicar os resultados da III Reparq, resultados esses que certamente iluminarão futuros caminhos da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.

São Paulo, 15 de setembro de 2015

Heloísa Liberalli Bellotto
Universidade de São Paulo. SP

Apresentação

A coletânea *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil* reúne os resultados de pesquisas apresentadas na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), realizada pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia na cidade de Salvador, Bahia, no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no Campus Ondina, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Pesquisas em fase de desenvolvimento e/ou concluídas, empreendidas por docentes, discentes (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores da área vinculados a universidades e demais instituições dedicadas à pesquisa. Entende-se que publicar resultados de pesquisa é tão importante quanto a própria pesquisa e corresponde a uma das funções sociais da ciência.

Este livro parte do pressuposto de que a institucionalização da Arquivologia, como campo acadêmico-científico, no Brasil, encontra-se em processo de consolidação, devido às conquistas em âmbito nacional e, também, pela própria afirmação da área, na esfera internacional. Entre os anos de 1977 e 2012, o ensino universitário da Arquivologia, na graduação, vem se expandido e conquistando identidade própria. Totalizam, no momento, 17 cursos de graduação, todos ministrados por universidades públicas federais e estaduais, distribuídos nas 5 regiões geopolíticas do Brasil. Da mesma forma, são vários os indicadores do crescimento da pesquisa em Arquivologia nas universidades, instituições arquivísticas e outras organizações. Contudo registrava-se a ausência de mestrado e doutorado em Arquivologia, o que motivou uma demanda dos profissionais da área junto a programas de pós-graduação em Ciência da Informação, História, Administração, Educação e Engenharia de Produção. O ano de 2012 se apresentou como marco significativo na história da Arquivologia brasileira, quanto à pós-graduação, por meio da criação do primeiro curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Uma ação oportuna e de significado valioso quanto aos futuros caminhos da Arquivologia, sob as perspectivas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), do Plano

Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e do incremento de políticas públicas de fomento a pesquisa e à inovação.

A evolução dessa trajetória possibilita a demarcação da área conquistada pela Arquivologia junto às demais ciências, além de subsidiar a construção de uma consciência coletiva da comunidade arquivística no Brasil, representada por discentes, docentes e pesquisadores. Nesse contexto de grande significado para a Arquivologia, cabe ressaltar que a presente coletânea se constitui de 31 textos produzidos por 50 autores, comprometidos em dar ênfase às questões estratégicas de interesse para a Arquivologia brasileira, no século XXI. Importante registrar, também, que os referidos textos foram todos apresentados, enquanto conferências e comunicações orais de pesquisa, no âmbito da III Reparq.

A Reunião contou com o honroso apoio dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Embora com um eixo comum, considerando a abrangência dos temas objeto dos textos produzidos, optou-se por agrupá-los em 5 partes: “Ensino em Arquivologia”; “Comunicação Científica em Arquivologia”; “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”; “Arquivos e Tecnologias” e “Organização e Tratamento de Acervos”. Soma-se, ainda, a publicação das Recomendações e Moções aprovadas na Plenária de Encerramento da III REPARQ.

A primeira nos remete ao “Ensino em Arquivologia”. Destaca questões relativas aos novos paradigmas e a formação em Arquivologia: grade curricular; competências e desempenho acadêmico de estudantes; perfil de egressos; pós-graduação *lato e stricto sensu*; capacitação de agentes públicos e, ferramentas de ensino-aprendizagem.

“Comunicação Científica em Arquivologia”, tema da segunda parte, trata da comunicação científica, do acesso, da construção e do custo do conhecimento; da proposta de criação de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, além do currículo *Lattes* como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico.

A terceira, “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”, apresenta os desafios no âmbito da administração pública brasileira em relação às perspectivas da implementação da Lei de Acesso à Informação; as dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos; a gestão de documentos arquivísticos digitais; o mapeamento de atos lesivos ao patrimônio arquivístico e das ações do Estado; o lugar do arquivo na legislação e, os documentos especiais custodiados por instituições arquivísticas públicas.

A quarta, “Arquivos e Tecnologias”, refere-se à aplicação da taxonomia no *software* de descrição arquivística ICA-AtoM; o banco de dados sob um olhar arquivístico; repositórios digitais; e a *web 2.0* e instituições arquivísticas.

“Organização e Tratamento de Acervos”, quinta parte, registra a discussão em torno do levantamento tipológico em arquivos pessoais; da descrição e acesso ao patrimônio documental; da gestão de atividades pessoais; da análise sobre a utilização de métodos bibliotecnômicos / quantitativos; dos arquivos da Biblioteca Nacional; e da noção de ramificação dos documentos arquivísticos.

Nossos agradecimentos à Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) cujo apoio foi decisivo para tornar possível a publicação deste livro, sob a honrosa chancela da FAPESB. Assegurando, portanto, a divulgação e a socialização das pesquisas apresentadas durante a III REPARQ. O conhecimento publicado confere a base essencial com vistas ao fortalecimento de uma cultura científica na área de Arquivologia.

Salvador, Bahia, março de 2015.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo

Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de dom Adriano Mandarino Hypólito

Bruno Ferreira Leite
João Marcus Assis

Propomos, com este trabalho, discutir algumas características instrumentais dos documentos arquivísticos no âmbito dos arquivos pessoais. Para isso, compreendemos que o termo “características instrumentais” representa a possibilidade de direcionar o uso de objetos, ideias e ações para finalidades minimamente específicas. Nesta perspectiva, os documentos de arquivo apresentam-se como objetos a serem instrumentalizados a cada uso que deles são feitos. Para desenvolver esta afirmação, teremos como objeto de análise o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito, cuja trajetória contextualizaremos mais à frente.

Por meio do embate teórico e da observação, tentamos averiguar o seguinte pressuposto: documentos de arquivo podem ser produzidos para atingir objetivos imediatos, ou seja, diretos e inteligíveis a “olho nu”, bem como para atingir aqueles que classificaríamos de mediatos e não percebidos como o foco na produção de um determinado documento. Esta última característica, por vezes, revestida de um viés de “monumentalização”,¹ comporta a

¹ Luciana Quillet Heymann ao estudar sobre as possíveis intenções de Darcy em produzir e manter seus documentos pessoais [o que entendo ser uma conclusão sobre parte de seu arquivo e não sobre o todo] diz que “[...] a personalidade de Darcy permite supor uma intenção de monumentalização da própria memória, para a qual a produção de diários pessoais, sempre passíveis de publicação, bem como a acumulação de documentos, vistos como manifestação material da trajetória que se pretende imortalizar, podem ser dotados de valor estratégico”. (2005, p. 47)

característica instrumental (dentre outras possíveis) que definiríamos como a intenção estratégica de dotar os documentos, o arquivo do qual fazem parte e, em último caso, a imagem do produtor deste arquivo, do que Michael Pollak (1989) conceituou como “pontos de referência”. Para o autor, tais pontos de referência estruturam nossa memória e as inserem na memória da coletividade a que pertencemos.

Com base em sua afirmação, podemos pensar nos arquivos, principalmente aqueles avaliados como permanentes, como possíveis pontos de referência para memórias coletivas.

Em suma, iremos tentar refletir sobre os caminhos e os agentes que impelem arquivos (especialmente os pessoais) a se tornarem o que classificamos como “pontos de referência” para memórias individuais² e coletivas, a partir da leitura de Pollak (1989). Ou seja, tentaremos problematizar sobre as práticas de produção, gestão³ e guarda permanente de documentos de arquivos pessoais que direcionam sua inserção como referência para memórias coletivas. Logo, poderíamos afirmar que uma das consequências de tal inserção será a sedimentação de um arquivo ou alguns de seus documentos como instrumento de manutenção de identidades de grupos sociais. (POLLAK, 1989; ASSIS, 2008) Ressalta-se, contudo, que esta manutenção baseia-se na representação de um conjunto de símbolos, que, no caso deste trabalho baseia-se no caráter simbólico que o arquivo de Dom Adriano representa para a Diocese de Nova Iguaçu, de onde foi Bispo entre 1966 e 1994. Sua imagem, hoje, pode ser representada, ou seja, “reconstruída” pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu com os argumentos de legitimidade que se baseiam, dentre outros fatores, na trajetória do Bispo junto à Diocese, na credibilidade (mesmo que relativa) conferida às instituições (no caso, uma instituição religiosa) e, no bojo do que se pretende problematizar, na custódia do arquivo pessoal do Bispo como instrumento que confere legitimidade (talvez até certo grau de autoridade e veracidade) para falar sobre Dom Adriano. Como última ressalva quanto a este ponto, apresenta-se mais uma questão que se figura como mais uma problemática a ser observada no intento de resolver o proposto para esta pesquisa, pois, como afirma Denise Jodelet (2001, p. 36) toda “reconstrução” pode conter algumas defasagens tais como: distorções, suplementos e subtrações.

Desta maneira, vimos até então que nos propomos a resolver uma questão que se mostra entrelaçada por uma série de problemáticas tornando-a complexa em suas sutilezas. Por isso, buscaremos apoio em Clifford Geertz (2008) na tentativa de dar conta o máximo possível

2 A própria afirmação da existência de memória individual já suscita uma possibilidade de debate. Não é, porém, nosso foco discutir este problema, contudo indico os autores Maurice Halbwachs (1990) e Myrian Santos (2002) para um aprofundamento sobre esta questão.

3 Compreendemos a existência de gestão de documentos em arquivos pessoais assim como nos apresenta Vanderlei Batista dos Santos (2008). De acordo com este autor “[...] ‘gestão de arquivos pessoais’ deve ser entendida como os procedimentos a serem adotados pelo cidadão para controlar e organizar seus documentos pessoais privados, sejam aqueles produzidos sejam os recebidos de terceiros, em quaisquer suportes, comumente armazenados em sua residência”. (2008, p. 65)

dos questionamentos aos quais nos propomos a fim de pôr à prova nosso pressuposto, ou, pelo menos, compreender nossos limites frente a complexidade do objetivo proposto. Geertz será fundamental para sustentar nossa afirmação de complexidade da situação aqui apresentada, uma vez que o autor coloca a necessidade de uma perspectiva transversal sobre as áreas de conhecimento humano para se travar uma averiguação mais próxima do que poderíamos traduzir como realidade. Resumindo, este autor critica a leitura de que o homem é um “animal hierarquicamente estratificado, uma espécie de depósito evolutivo, em cuja definição cada nível – orgânico, psicológico, social e cultural – tinha um lugar designado e incontesteável”. (GEERTZ, 2008, p. 28) Com isso, Geertz sustenta que o homem e os fenômenos dos quais ele participa não podem ser compreendidos se partirmos de uma perspectiva estanque de outras possíveis, ou seja, para tentar compreender determinadas realidades complexas e buscar dar conta de determinados universos de análise, devemos buscar passar transversalmente por determinados conhecimentos selecionados para resolver problemas decorrentes destas realidades.

Recorte de pesquisa e contextualização do objeto

Como dito anteriormente, elegemos como objeto de análise o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito (18/1/1918 a 10/8/1996). Arquivo este que, após o falecimento de seu produtor, encontra-se custodiado na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (RJ), onde Dom Adriano foi Bispo entre os anos de 1966 a 1994.

Não é nosso foco, para os fins deste trabalho, aprofundar uma contextualização sobre o Bispo e a Diocese, pois a presente proposta baseia-se na discussão teórica de alguns aspectos⁴ identificados em pesquisas de campo já realizadas no arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu que nos serviram para elaborar os pressupostos desta pesquisa. Propomos aqui uma perspectiva que discuta teoricamente alguns pontos que serão levantados acerca de casos percebidos no âmbito da produção e gestão do arquivo de Dom Adriano, com base na observação dos documentos mantidos – ou seja, avaliados e selecionados – pelo Bispo e nos possíveis reflexos desta gestão no interesse de custódia e uso deste arquivo pela Cúria Diocesana em questão. Tentamos para isso eleger atores chave neste processo de trabalho sobre o arquivo de Dom Adriano que o levam a figurar como instrumento simbólico de manutenção de uma identidade para a Diocese de Nova Iguaçu. Elegemos, *a priori*, Dom Adriano e a Cúria de

4 Aspectos tais como a autoconstrução da imagem de Dom Adriano através da produção e gestão de seu arquivo pessoal; este arquivo como um dos pilares ou instrumentos de manutenção da identidade “libertária” da Diocese de Nova Iguaçu; a parcialidade arquivística em tratar e retratar seu objeto de trabalho, o arquivo – no caso, o arquivo de Dom Adriano.

Nova Iguaçu como agentes que possibilitam a ponte atual que leva a imagem do Bispo a ser significativamente produzida e custodiada com sentido para grupos pertencentes à Diocese de Nova Iguaçu. Não poderíamos deixar de citar o Sr. Antônio Lacerda, arquivista *ad hoc* do Arquivo da Cúria como uma pessoa fundamental para compreendermos os interesses de manter, disponibilizar e usar o arquivo de Dom Adriano, sendo ele o “facilitador” da ponte arquivo-usuário-impacto social e ao mesmo tempo o “guardião” deste arquivo.

Na busca de sustentar minimamente as afirmações subsequentes, trataremos de contextualizar sucintamente a Diocese de Nova Iguaçu e Dom Adriano. Embora, mesmo dito que não seja nosso foco, faz-se pertinente tal esforço no intuito de apresentar o terreno sobre o qual pisamos.

A Diocese de Nova Iguaçu foi criada em 26 de março de 1960 e atualmente “[...] engloba, além de Nova Iguaçu, os municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Queimados e o distrito de Conrado, em Miguel Pereira”. (ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 76)

João Marcus Figueiredo Assis e Bianca Therezinha Carvalho Panisset afirmam que podemos caracterizar esta Diocese, desde meados dos anos sessenta, “[...] como representante do projeto de um segmento da Igreja Católica no Brasil, denominado como ‘esquerda católica’, que busca um estreitamento de pensamentos e práticas entre religião e política”, (ASSIS; PANISSET, 2006, p. 190) influenciando até mesmo o pensamento de “esquerda” de Dioceses vizinhas como a de Duque de Caxias e São João de Meriti.

Quanto a Dom Adriano, pode-se dizer que ele participou deste contexto como Bispo desta Diocese, entre 1966 e 1994, estando, não só inserido nele, mas participando ativamente como agente de manutenção desta vertente “de esquerda” da Diocese.

Para Assis, “Dom Adriano é evocado por muitos como idealizador e efetivador de uma organização eclesial voltada para a ação sócio-transformadora com base em ‘comunidades’ de convívio e atividades, ao mesmo tempo, religiosas e sócio-política”. (2008, p. 96) Poderíamos, portanto, identificá-lo como adepto da Teologia da Libertação, pois, de acordo com Leonardo Boff e Clodovis Boff, “a Teologia da Libertação busca inspiração na fé e no Evangelho como forma de refletir o cotidiano dos pobres e agir sobre ele”. (BOFF; BOFF, 1986, p. 20)

Dessa forma, identifica-se a relevância de Dom Adriano e de seu trabalho sócio-religioso no contexto de reivindicações pela retomada dos processos democráticos no país em pleno regime ditatorial civil-militar.

Produção documental: suas características imediatas e mediatas

A diversidade de gêneros, espécies e tipos documentais em cada arquivo pessoal irá depender das atividades desenvolvidas pela pessoa que o gera. (SANTOS, 2008, p. 65) Isso também infere, a nosso ver, na diversidade de documentos a serem preservados pelo produtor do arquivo, inclusive na atenção conferida a seus documentos se, quando correntes e gerenciados, percebidos como objetos com potencial representativo de quem os produz.

Gradativamente, me parece, os arquivistas vêm percebendo a relação indissociável entre arquivos correntes, intermediários e permanentes.

Ponderando leituras e posicionamentos teóricos acerca de alguns atributos dos documentos arquivísticos e suas respectivas funções, poderíamos, de antemão, embasar a afirmativa de que repousa na instrumentalidade administrativa dos arquivos seu caráter imediato mais explícito da produção de documentos arquivísticos, pois como tais são correntemente observáveis como produzidos para atingir objetivos específicos, seja no contexto de produção de um arquivo pessoal, seja organizacional. Nesta linha de raciocínio, corre-se o risco de interpretar que a produção documental serve a objetivos necessariamente imediatos e nada além deles.

Esta perspectiva pode ser percebida de forma latente na afirmação de Ana Maria de Almeida Camargo, ao considerar que “como resultado *natural* e necessário do processo que lhes deu origem, os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas *imediatas* do ente produtor”. (2009, p. 28, grifo nosso) Camargo não identifica os documentos como a “fabricação de um relato”, como ela mesma aponta. Para a autora, os arquivos não são desenhados a partir de determinadas práticas discursivas. (2009, p. 35)

Para tentarmos compreender tais afirmações da autora devemos atentar para sua explicação de uma característica tradicionalmente reconhecida como um dos atributos intrínsecos aos documentos de arquivo: a imparcialidade. De acordo com Camargo, este atributo dos documentos arquivísticos, mal compreendido entre os historiadores, segundo a autora, é explicado por Hillary Jenkinson. Com base nos argumentos deste autor, Camargo ressalta que este atributo, “longe de significar que os agentes imediatamente responsáveis pela elaboração dos documentos são neutros ou livres de preconceitos [...]” sustenta que os documentos de arquivo não são produzidos em razão de outros interesses que não os ditados por sua estrita e imediata funcionalidade (2009, p. 35-36). Em suma, resumindo o pensamento de Camargo acerca da imparcialidade dos documentos arquivísticos, a autora afirma que eles “[...] são sempre parciais em relação ao ente produtor, isto é, são partes constitutivas de sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica da pesquisa”. (CAMARGO, p. 35-36)

Nesta mesma lógica de instrumentalidade imediata e imparcial, a autora afirma que os documentos de arquivo perderiam sua condição probatória se não estivessem baseados no conceito de imparcialidade exposto acima e na finalidade imediata de sua produção. Transcrevendo seu pensamento, neste caso, sobre os arquivos pessoais, Camargo (2009, p. 36) afirma que

[...] supor que todo arquivo, porque pessoal, tem uma dimensão autobiográfica, eivada de distorções e conscientemente produzida, é ignorar a condição probatória que emana das atividades *ménagères*. O contrário é verdadeiro: se o arquivo pessoal fosse atividade finalística, empenhada na construção de determinada imagem, deixaria de ser arquivo.

Com base no exposto acima, percebe-se, no pensamento de Camargo, a produção documental como um fazer com objetivos necessariamente imediatos, de caráter natural e imparcial, nos moldes do que conseguimos trazer por meio das afirmações da própria autora.

Tais interpretações sobre o universo arquivístico, no que concerne à produção, gestão e tratamento documental, são correntes até os dias atuais dentro de uma perspectiva que classificaríamos de conservadoras.

A fim de demonstrar a abrangência desta visão, aqui percebida também como tradicional nas interpretações teóricas na área arquivística, podemos destacar, a título de exemplo da capilaridade e reprodução desta visão tradicional da Arquivologia sobre a produção documental, destaco que a resolução n.º 36 do Conselho Nacional de Arquivo, (CONARQ, 2012, p. 11) que define “Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo”, que mesmo tratando de um assunto não diretamente ligado a esta pesquisa ratifica a afirmação do caráter de naturalidade da produção documental.

Outra autora que coaduna com a visão exposta, até então, é Antonia Heredia Herrera. De forma sucinta podemos apresentar a identificação desta autora com o pensamento caracterizado anteriormente, classificados por nós, com uma leitura teórica tradicional e conservadora sobre os arquivos e seus atributos. Neste intuito, citamos as seguintes palavras de Heredia Herrera (2007, p. 2):

Los documentos de archivo que, desde mi punto de vista no son tales porque estén en un Archivo aunque algunos opinen lo contrario, se producen natural, inevitablemente como testimonio y prueba de acciones de la gestión de una Institución, familia o persona.”

Por outro lado, seguindo outra linha teórica e interpretativa sobre os arquivos, Ângela de Castro Gomes chega à conclusão de que a produção de um arquivo pessoal se torna um

processo de construção, consciente ou não, da própria imagem para si e para os outros. (1998, p. 126) De acordo com esta autora, esses arquivos teriam um “feitiço” de ilusão que faria com que o pesquisador, se “inocente”, acredite que os documentos pessoais têm o poder de revelar seu produtor de forma “verdadeira”, mostrando-o “de fato”, “[...] o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros [pessoais]”. (1998, p. 125) A autora conclui, em um de seus estudos, que “[...] podemos nos enganar ao desconhecer que, em seus documentos pessoais, Mário [de Andrade] está rigorosamente, consciente ou inconscientemente, não importa, construindo sua imagem para si e para os outros [...]”. (GOMES, 1998, p. 126) Dentro dos limites da discussão que estamos travando neste trabalho, esta leitura sobre o arquivo de Mário de Andrade coloca Gomes em uma linha teórica oposta à de Camargo e Heredia Herrera.

Buscando classificar tais autores dentro de influências teóricas que atingem a Arquivologia atualmente, poderíamos, com possíveis ressalvas, perceber Camargo e Heredia Herrera próximas a um pensamento positivista, enquanto Gomes e Terry Cook, citado a seguir, como teóricos influenciados por uma leitura pós-moderna da realidade e dos arquivos.

Cook, de forma bastante incisiva, apresenta sua visão sobre a dinâmica da produção documental, pois, para este autor

nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado, por aquele que fala, fotografa, escreve, ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. Nenhum texto é um mero subproduto, e sim um produto consciente para criar uma *persona* ou servir a um propósito, embora essa consciência, ou *persona*, ou propósito – esse contexto por trás do texto – possa ser transformado, ou perdido, em padrões inconscientes de comportamento social, em discurso institucional e em fórmulas padronizadas de apresentação de informações. (COOK, 2005, p. 139-140)

Na linha interpretativa de Cook, com relação ao objeto de análise deste trabalho, pode-se recorrer à observação já feita por João Marcus Figueiredo Assis ao analisar Dom Adriano como um ponto de referência para a memória coletiva da Diocese de Nova Iguaçu. Assis percebe como relevante, no decorrer de sua pesquisa, o caráter estratégico do arquivo pessoal de Dom Adriano para a possível consolidação de sua trajetória na identidade da Diocese, bem como a relevância de seus documentos para sua administração em buscar manter, atualmente, tal identidade ligada à imagem do Bispo. Nesta perspectiva, Assis afirma que

[...] Dom Adriano talvez tenha descoberto o valor da preservação da memória como forma de manutenção da própria identidade da Diocese. Talvez tenha projetado a continuidade de sua missão nos seus recortes guardados,

destinados à perenidade por meio de uma instituição de memória, o Arquivo. (ASSIS, 2008, p. 150)

Apontando uma perspectiva diferente da apresentada por Camargo (2007), pode-se, após as observações de Gomes, Cook e Assis, perceber uma desnaturalização de leituras teóricas dos arquivos tradicionalmente aceitas no campo arquivístico, a qual tentamos exemplificar por meio das palavras de Camargo, Herrera e do exemplo da resolução n.º 36 do CONARQ.

Em vista do exposto, baseando-se na linha teórica de Cook, Gomes e Assis, podemos refletir sobre os caminhos traçados pelo arquivo de Dom Adriano como um objeto que instrumentalmente serviu a mais de um objetivo. Neste aspecto, além dos objetivos imediatos do Bispo ao produzir e acumular seus documentos haveria também objetivos mediatos, conscientes ou não, para, ao menos parte de seu conjunto documental, agregados à produção documental, ou gênese documental como tratam alguns autores. Desta forma, atributos como naturalidade e imparcialidade, nos moldes apresentados por Camargo, carecem de uma revisão.

Da produção documental ao arquivo, do arquivo à construção de “pontos de referência”

Nesta última seção, objetivo discutir como Dom Adriano possivelmente construiu seu arquivo pessoal com a finalidade (dentre outras) de torná-lo ponto de referência mantenedor de uma identidade “libertária” para a memória coletiva da Diocese de Nova Iguaçu.

Como observado nas seções acima “recorte de pesquisa” e “contextualização do objeto”, Dom Adriano e a Diocese de Nova Iguaçu parecem manter uma relação de apropriação mútua, ou seja, falar em Dom Adriano é falar em Diocese de Nova Iguaçu e vice-versa. Embora isso não seja tão óbvio e cartesiano, a relação pode ser observada no decorrer deste texto e, melhor ainda, empiricamente na Baixada Fluminense (região do Rio de Janeiro onde se encontra o município de Nova Iguaçu).

Talvez por perceber esta relação, crescente enquanto o Bispo atuava na Baixada, ele deva ter percebido seus vestígios como mantenedores desta identidade da Diocese com sua imagem, ou seja, uma forma de agregar e manter pessoas em um projeto religioso e ideológico. Reforçando a possibilidade desta linha interpretativa, Assis afirma que alguns vestígios do passado, dentre os quais poderíamos incluir os arquivos, são “[...] projetados [...] para transmitirem à posteridade lembrança de feitos, personalidades ou acontecimentos”. (2008, p. 41) Ainda, segundo este autor, “o arquivo é um dos espaços privilegiados de guarda da memória”

(2008, p. 149) e nos atenta para um ponto curioso, de que o próprio Dom Adriano foi quem criou o Arquivo da Diocese, destinando um andar inteiro do prédio da Cúria Diocesana para suas instalações. (2008, p. 150) Estas observações nos levam a crer na importância estratégica conferida ao arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu por Dom Adriano e, quem sabe, um planejamento para a custódia de seu próprio arquivo pessoal.

No sentido de conclusão deste artigo, concordamos com uma última observação que traremos novamente a partir de Assis. Esta última citação do autor respalda nossa defesa pela desnaturalização da produção documental, sua parcialidade frente a construção e interpretação histórica bem como, ao concordar com o autor, afirmamos a existência de objetivos mediatos, além dos imediatos (pois, claro, estes também existem e são primordiais) na produção dos documentos de arquivo. A citação é a seguinte: “[...] Dom Adriano talvez tenha descoberto o valor da preservação da memória como forma de manutenção da própria identidade da Diocese. Talvez tenha projetado a continuidade de sua missão nos seus recortes guardados, destinados à perenidade por meio de uma instituição de memória, o Arquivo.” (ASSIS, 2008, p. 150)

Porém, nem um posicionamento conservador nem outro, supostamente, pós-moderno para “ler” teoricamente o “fenômeno arquivístico” são simples e definitivamente conclusivos, e por si só verdadeiros. No bojo de qualquer uma destas linhas teóricas – acreditamos que com mais intensidade na segunda, à qual nos filiamos –, repousa uma complexidade impossível de ser dominada por completo através do cabedal teórico de apenas uma área do conhecimento. No caso, estamos indicando à Arquivologia para dialogar com outras áreas a fim de dar conta, de maneira mais eficiente, de seus próprios problemas.

Como nos apresenta Clifford Geertz, é “[...] extraordinariamente difícil traçar uma linha entre o que é natural, universal e constante no homem, e o que é convencional, local e variável”. (2008, p. 27) Com esta observação deixamos claro que algumas de nossas afirmações podem cair em armadilhas de simplificação e terminar por se fecharem em equívocos. Embora esteja claro que este não é nosso objetivo, parece-nos primordial deixar em aberto tal possibilidade, pois de forma sã, sabemos que o erro é mais fácil que o acerto, bem como as interpretações teóricas são, quase sempre, revistas por outras com o passar do tempo e do “desenvolvimento” científico. Contudo, com esta observação de Geertz, buscamos não incorrer num erro apontado pelo próprio autor, pois, de acordo com ele, tivemos e ainda temos aberrações nas ciências sociais: uma marchando sob a bandeira do relativismo cultural; outra sob a bandeira da evolução cultural. (2008, p. 27)

A título de conclusão, gostaríamos de refletir sobre os objetivos mediatos na produção documental de Dom Adriano que levaram seu arquivo a ser ponto de referência para certos

grupos da Diocese de Nova Iguaçu. Não tentaremos esgotar o assunto neste fim de artigo, nem apresentar exemplos, mas apenas vislumbrar uma possibilidade real de o produtor do arquivo pessoal impelir seu arquivo a figurar na memória coletiva de grupos sociais por meio do que Michael Pollak (1989) conceitua como “pontos de referência”.

Para Pollak, “pontos de referência” estruturam nossa memória e as inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Segundo Pollak (2008, p. 3), entre tais pontos de referência

[...] incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares de memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a vida, as paisagens, as datas e personagens de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes [...].

Em nossa perspectiva, incluem-se, sem problemas, os arquivos (principalmente os avaliados como permanentes) como pontos de referência. Ainda, de acordo com Pollak, (1989) “[...] torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo”. (2008, p. 3) Em outras palavras, Pollak está falando de identidade. Identidade essa que concluímos ser construída, tanto pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu ao custodiar, usar e fornecer acesso ao arquivo de Dom Adriano, quanto pelo próprio Dom Adriano ao produzir seus documentos (ou alguns deles) com objetivos imediatos – claro! –, agregados a objetivos mediatos.

Por fim, identificamos nesta relação a influência do próprio Dom Adriano a impelir seu arquivo – hoje observamos que com sucesso – como ponto de referência para a memória e identidade da Diocese de Nova Iguaçu. Outra questão que se instala e ficará em aberto, pois não é objeto deste trabalho, é a continuidade e/ou modificação deste *status* atual conferido ao arquivo do Bispo. Esse ponto é também objeto de nosso interesse e preocupação teórica, podendo e devendo ser abordado em trabalhos posteriores.

Referências

ASSIS, J. M. F. *Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu*. 2008. 292 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ASSIS, J. M. F.; PANISSET, B. T. C. Os documentos eclesiais católicos como meios para a compreensão de identidades e de memórias sociais. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 185-196, ago./dez. 2006. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em: 11 jun. 2013.

BOFF, C.; BOFF, L. *Como fazer Teologia da Libertação*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

- CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.
- CONARQ. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Resolução n. 36, de 19 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a adoção das diretrizes para a gestão arquivística do correio eletrônico corporativo pelos órgãos e entidades integrantes do sistema nacional de arquivos – Sinar. *Diário Oficial [da] União*, Rio de Janeiro, n. 245, 2012. Seção 1.
- COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: paraumentendimentoarquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 129-149, jun./dez. 2005.
- ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. *Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão*. Rio de Janeiro: Mitra Diocesana de Nova Iguaçu, 2010.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOMES, Â. de C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.
- HEYMANN, L. Q. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 43-58, jun./dez. 2005.
- HEREDIA HERRERA, A. (Colombia) ¿*Qué es un archivo*?. Ponencia presentada en el Exposición y Conferencias Internacional de Archivos (Excol'07). Bogotá, 23 al 27 de Mayo, 2007.
- JODELET, D. As representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). *Representações sociais: um domínio em expansão*. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.
- POLLAK. M. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SANTOS, V. B. dos. Gestão de documentos pessoais. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 62-80, jan./jul. 2008. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em: 11 jun. 2013.



fapesb 

Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia